

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL
2 DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, REALIZADA NO DIA 24 DE
3 MAIO DE 2017.

4
5 No vigésimo quarto dia do mês de maio do ano dois mil e dezessete, às dez
6 horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Meio Ambiente Comdema, na Sala de
7 Reuniões, da SEMA, na Rua Anita Garibaldi, nº 79 - Bairro Anita Garibaldi,
8 Joinville, Santa Catarina. Estiveram presentes os Conselheiros: Valdeci M.
9 Moraes, da SEMA; Mariah Siebert Zipf, do SEINFRA; Marta Beatriz Maccarini,
10 da FATMA; Eulivia Fleith Comitti, da Ajorpeme; Mário Odorizzi, da OAB;
11 Francisco Ricardo Klein, do CEAJ; Maicon Dilmo de Souza, da PM Ambiental;
12 Schirlene Chegatti, da ACIJ; Therezinha Novais, da Univille; Pedro Alacon,
13 da CAJ; Débora Karina, da ALOJ; Lesani Zerwes, da SED; Edilaine Pasquali,
14 da SES; Fátima Moser, da SES; Mário Eugênio Boehm, do Secovi; Francielle
15 Rosa, da SAS; Rafael Wolter, do CREA/SC e Carla Cristina Pereira, da SAP.
16 Justificaram a ausência: VIDA VERDE, SINDSERRARIA, SINDUSCON, IBAMA e
17 SEPUD. Demais participantes e ouvintes se fizeram presentes, cuja lista
18 deverá ser anexada a esta ata, juntamente com a lista de presença dos
19 Conselheiros, mencionando: José Augusto de Souza Neto, da SEMA/Comdema;
20 Gabriel Wolfart, do SindPedras; da SEMA, Ana Carolina Paterno, Ana Luisa
21 Rizzatti da Costa, Clailton Breis e Anton Anacleto. Dando início aos
22 trabalhos a Vice-Presidente do Comdema, Shirlene Chegatti, cumprimentou e
23 deu boas vindas a todos, informando que o Presidente do Comdema não pode se
24 fazer presente em virtude de ter sido chamado pelo Prefeito Municipal. Ato
25 seguinte a Vice-Presidente do Comdema passou a palavra para Engª. Ana Luisa
26 Rizzatti, que fez apresentação prévia, indicando as mudanças propostas na
27 Resolução Comdema que cuida da Pressão Sonora. No decorrer da apresentação
28 outras alterações foram sugeridas e acordadas pelos demais Conselheiros do
29 Comdema. Ao final dos debates as alterações foram aplicadas e colocada em
30 votação, tendo sido aprovada a Resolução Comdema nº 03/2017 por maioria de
31 votos dos Conselheiros, registradas duas abstenções, sendo providencia da
32 Secretaria do Comdema edição e a publicação da pertinente Resolução, a qual
33 foi redigida com o seguinte texto:
34

35 RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 03, DE 24 DE MAIO DE 2017.
36

37 Dá nova redação à RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 05, de 4 de abril de
38 2007, normatizando os limites de emissão de ruidos e sons,
39 conforme estabelecidos na ABNT e conforme os Instrumentos
40 de Controle Urbanístico - Estruturação e Ordenamento
41 Territorial do Município de Joinville, instituídos na Lei
42 Complementar nº 470 de 09 de janeiro de 2017.

43
44 O Comdema - Conselho Municipal do Meio Ambiente, considerando a reunião
45 extraordínaria realizada em 24/05/2017, no exercício de suas atribuições
46 legais e regimentais, conforme Lei 5.712 de 19 de dezembro de 2016 e do
47 Decreto 21.408 de 14 de outubro de 2013, e;

48 Considerando a Lei Complementar nº 470 de 09 de janeiro de 2017, que
49 atualizou as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo no município de
50 Joinville e redefiniu os instrumentos de controle urbanístico e estrutura
51 do novo ordenamento territorial;

52 Considerando a Lei Complementar 84, de 12 de janeiro de 2000, e o Art. 31
53 da Lei Complementar 29/1996, que regram os limites de emissão de ruídos, em
54 conformidade com o estabelecido pelas normas da ABNT e pelos instrumentos
55 de controle urbanístico e estrutura do novo ordenamento territorial, e a
56 necessidade de mecanismos de gestão administrativa aos procedimentos de
57 licenciamento ambiental na Secretaria Municipal do Meio Ambiente,

58 Considerando ser imprescindível uma regulamentação específica sobre o
59 assunto e a necessidade de garantir o sossego da população;

60 Considerando a necessidade de se reduzir os altos índices de poluição
61 sonora no município de Joinville;

62
63 RESOLVE:

64
65 Aprovar a normatização dos artigos do capítulo XI da Lei Complementar 29/96
66 do Código Municipal de Meio Ambiente, que estabelecem a obrigatoriedade de
67 tratamento acústico para empreendimentos causadores de poluição sonora no
68 município de Joinville.
69
70 Art.1º É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos,
71 vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos
72 por qualquer forma e que contrariem os níveis máximos de intensidade
73 fixados por esta Resolução.
74 §1º As vibrações são consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou
75 puderem ocasionar danos materiais à saúde e ao bem-estar público.
76 §2º Para os efeitos desta Resolução, consideram-se aplicáveis as seguintes
77 definições:
78 I - Som: é toda e qualquer variação de pressão do ar capaz de provocar
79 sensações auditivas.
80 II - Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente,
81 seja ofensiva ou nociva à saúde, a segurança e ao bem-estar da coletividade
82 ou transgreda as disposições fixadas nesta Resolução.
83 III - Ruído: qualquer som que cause ou tende causar perturbações ao sossego
84 público ou produzir efeitos psicológicos e ou fisiológicos negativos em
85 seres humanos e animais.
86 IV - Ruído Impulsivo: som de curta duração, com início abrupto e parada
87 rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um
88 segundo.
89 V - Ruído Contínuo: aquele com flutuação de nível de pressão sonora tão
90 pequena que podem ser desprezadas dentro do período de observação.
91 VI - Ruído Intermítente: aquele cujo nível de pressão sonora cai
92 abruptamente ao nível do ambiente, várias vezes durante o período de
93 observação, desde que o tempo em que o nível se mantém constante diferente
94 daquele do ambiente seja de ordem de grandeza de um segundo ou mais.
95 VII - Ruído de Fundo: todo e qualquer som que será emitido durante o
96 período de medições, que não aquele objeto das medições, ou seja, o ruído
97 ambiente quando a fonte de ruído não está atuando.
98 VIII - Distúrbio Sonoro e Distúrbio por Vibrações: significa qualquer ruído
99 ou vibração que:
100 a) coloque em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar
101 público;
102 b) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas;
103 c) possa ser considerado incômodo e/ou
104 d) ultrapasse os níveis fixados nesta Resolução.
105 IX - Decibel (dB): unidade de intensidade física relativa do som, dado pela
106 fórmula:
107 , onde Preferência = 20 µPa.
108 X - Níveis de Som dB (A): intensidade do som, medido na curva de ponderação
109 "A" , definido na norma NBR 10.151/2003 - ABNT, ou as que lhe sucederem.
110 XI - Nível Equivalente (LAeq): o nível médio de energia do ruído encontrado
111 integrando-se os níveis individuais de energia ao longo de determinado
112 período de tempo e dividindo-se pelo período, medido em dB(A) dado pela
113 fórmula ;
114 ou para amostragem discreta,
115 XII - Zona Sensível a Ruído ou Zona de Silêncio: é aquela que, para atingir
116 seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional.
117 Define-se como zona de silêncio a faixa determinada pelo raio de 200 m
118 (duzentos metros) de distância de hospitais, maternidades, asilos de
119 idosos, escolas, bibliotecas públicas, postos de saúde ou similares.
120 XIII - Limite Real da Propriedade: aquele representado por um plano
121 imaginário que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica
122 de outra.
123 XIV - Serviço de Construção Civil: qualquer operação de montagem,
124 construção, demolição, remoção, reparo ou alteração substancial de uma
125 edificação ou de uma estrutura ou de um terreno.
126 XV - Centrais de Serviços: canteiros de manutenção e/ou produção de peças e
127 insumos para atendimento de diversas obras de construção civil.

128 XVI - Vibração: movimento oscilatório, transmitido pelo solo ou uma
129 estrutura qualquer.

130 §3º Para fins de aplicação desta Resolução ficam definidos os seguintes
131 horários:

132 Diurno: compreendido entre às 7h e 19h;

133 Noturno: compreendido entre às 19h e 7h.

134 Se o dia seguinte for domingo ou feriado, o término do período noturno não
135 deve ser antes das 9hs.

136 Art.2º Os níveis de pressão sonora ponderado em escala A (LA) fixados por
137 esta Resolução, bem como o nível equivalente (LAEQ) e o método utilizado
138 para a medição e avaliação, obedecerão às recomendações das normas NBR
139 10.151/2003 e NBR 10.152/1992, ou as que lhes sucederem.

140 Art.3º A emissora de ruídos em decorrência de quaisquer atividades
141 industriais, comerciais, prestação de serviços, inclusive de propagandas,
142 sejam políticas, religiosas, sociais e recreativas, obedecerá aos padrões e
143 critérios estabelecidos nesta Resolução.

144 §1º O nível de som da fonte poluidora, medidos a 1,50 m (um metro e meio)
145 de qualquer divisa do imóvel, ou medido dentro dos limites reais da
146 propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder os Níveis
147 fixados na Tabela I no Anexo I, que é parte integrante desta Resolução.

148 §2º Quando a fonte poluidora e a propriedade onde se dá o suposto incômodo
149 estiverem localizadas em diferentes zonas de uso e ocupação, serão
150 considerados os limites estabelecidos para a zona em que se localiza a
151 propriedade onde se dá o suposto incômodo.

152 §3º Quando a propriedade onde se dá o suposto incômodo estiver situada em
153 local próximo à escola, creche, biblioteca pública, centro de pesquisas,
154 asilo de idosos, hospital, maternidade, ambulatório, casa de saúde ou
155 similar com leitos para internamento, deverão ser atendidos os limites
156 estabelecidos para Área Estritamente Residencial Urbana, independentemente
157 da efetiva zona de uso e deverá ser observado o raio de 200 m (duzentos
158 metros) de distância, definida como zona de silêncio.

159 §4º Quando o nível de ruído proveniente de tráfego e outras fontes já
160 citadas, medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o
161 suposto incômodo vierem a ultrapassar os Níveis fixados por esta Resolução,
162 caberá à Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA articular-se com os
163 órgãos competentes, visando a adoção de medidas para coibir os distúrbios
164 sonoros.

165 §5º Incluem-se nas determinações desta Resolução os ruídos decorrentes de
166 trabalhos manuais como o encaixotamento, remoção de volumes, carga e
167 descarga de veículos e toda e qualquer atividade que resulte prejudicial ao
168 sossego público.

169 Art.4º A emissão de sons ou ruídos produzidos por veículos automotores, e
170 os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas
171 expedidas respectivamente pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e
172 pelos órgãos competentes do Ministério do Trabalho.

173 Parágrafo Único - No tocante a emissão de ruídos por veículos automotores,
174 o Município estabelecerá através de regulamentação específica os critérios
175 de controle, considerando o interesse local.

176 Art.5º Fica proibida a utilização de fogos de artifício, serviços de alto-
177 falantes e outras fontes que possam causar poluição sonora, fixas ou
178 móveis, como meio de propaganda ou publicidade, inclusive a de cunho
179 político, nos logradouros públicos, devendo os casos especiais ser
180 analisados e autorizados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

181 Parágrafo Único - Nenhuma fonte de emissão sonora em logradouros públicos
182 poderá ultrapassar o nível máximo de 85 dB(A) (oitenta e cinco decibéis) na
183 curva "C" do medidor de intensidade de som, à distância de 7,0 m (sete
184 metros) da origem do estampido ao ar livre, observadas as disposições de
185 determinações policiais e regulamentares a respeito.

186 Art.6º Só será permitida a utilização de alarmes sonoros de segurança que
187 apresentarem dispositivo de controle que limite o tempo de duração do sinal
188 sonoro em no máximo 15(quinze) minutos.

189 §1º Para a execução de testes de fabricação ou instalação de alarmes
190 sonoros veiculares, deverão ser utilizados dispositivos de controle, de

191 forma que a emissão sonora não ultrapasse acima dos limites estabelecidos
192 na Tabela I no Anexo I.

193 §2º No caso específico de alarmes sonoros em veículos ou imóveis, com
194 acionamento periódico ou constante, serão aplicadas as mesmas sanções
195 previstas nesta Resolução, sem prejuízo de outras disposições legais mais
196 restritivas.

197 Art.7º Não se compreendem nas proibições dos artigos anteriores ruídos e
198 sons produzidos:

199 I - por aparelhos sonorizadores, carros de som e similares usados nas
200 propagandas eleitoral e política e nas manifestações coletivas desde que
201 não ultrapassem a 65 dB(A) (sessenta e cinco decibéis), ocorram somente no
202 período diurno e sejam autorizados pela Secretaria Municipal do Meio
203 Ambiente;

204 II - por sinos de igrejas ou templos religiosos, desde que sirvam
205 exclusivamente para indicar as horas ou anunciar a realização de atos ou
206 cultos religiosos;

207 III - por fanfarras ou bandas de musicas em procissão, cortejos ou desfiles
208 cívicos;

209 IV - por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora utilizados por
210 ambulâncias, carros de bombeiros ou viaturas policiais;

211 V - por explosivos utilizados no arrebatamento de pedreiras, rochas ou nas
212 demolições, desde que detonados no período diurno e previamente autorizados
213 pelos órgãos ambientais competentes e que atendam as legislações
214 específicas, não sendo permitidos nos feriados ou finais de semana;

215 VI - por alarme sonoro de segurança, residencial ou veicular, desde que o
216 sinal sonoro não se prolongue por tempo superior a 15(quinze) minutos;

217 VII - por templos de qualquer culto, desde que não ultrapassem os limites
218 de 65 dB(A) aos períodos diurno e no período noturno enquadrem-se na Tabela
219 I do Anexo I.

220 VIII - por usos educacionais como creches, jardins de infância, pré-
221 escolar, escolas de primeiro e segundo grau, supletivos,
222 profissionalizantes, cursinhos ou escolas superiores, desde que não
223 ultrapassem os limites de 65 dB(A) nos períodos diurno e no período noturno
224 enquadrem-se na Tabela I do Anexo I.

225 Art.8º Por ocasião do Carnaval e nas comemorações do Ano Novo são
226 toleradas, excepcionalmente, aquelas manifestações tradicionais normalmente
227 proibidas por esta Resolução.

228 Art.9º O nível de som provocado por máquinas e aparelhos utilizados nos
229 serviços de construção civil, devidamente licenciados, deverá atender aos
230 limites máximos estabelecidos conforme:

231 Parágrafo Único: O limite máximo permitido para os ruídos dos serviços de
232 construção civil será de 80 dB(A) (oitenta decibéis), admitidos somente no
233 período diurno, sendo que aos domingos e feriados o limite a ser atendido é
234 o previsto para o respectivo zoneamento com relação ao período diurno.

235 Art.10 Os serviços de construção civil poderão ser permitidos,
236 excepcionalmente, no período noturno, domingos e feriados, dentro do limite
237 máximo previsto no p.ú., do art.9º, se forem urgentes e inadiáveis em
238 decorrência de casos fortuitos ou força maior, acidentes graves ou perigo
239 iminente à segurança e bem-estar da comunidade, para o restabelecimento dos
240 serviços públicos essenciais e continuos, tais como o de energia elétrica,
241 água e esgoto, telefonia, sistema viário, drenagem, ou de outros assim
242 considerados pelo Poder Público Municipal, sendo, neste último caso,
243 necessária autorização especial e expressa do órgão ambiental municipal.

244 Art.11 Os estabelecimentos ou instalações causadoras de poluição sonora
245 deverão requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente certidão de
246 tratamento acústico adequado, sendo os requerimentos instruídos com os
247 documentos legalmente exigidos, acrescidos das seguintes informações:
248 I - Tipo(s) de atividade(s) do estabelecimento e os equipamentos sonoros
249 utilizados;
250 II - Zona e categoria de uso do local;
251 III - Horário de funcionamento do estabelecimento;
252 IV - Capacidade ou lotação máxima do estabelecimento;
253 V - Níveis máximos de ruídos permitidos;

254 VI - Laudo técnico comprobatório de tratamento acústico, conforme NBR
255 10.151/2003, elaborado por profissional técnico habilitado junto ao
256 conselho de classe ou empresa idônea não fiscalizadora;

257 VII - Descrição dos procedimentos recomendados pelo laudo técnico para o
258 perfeito desempenho da proteção acústica do local;

259 VIII - Declaração do responsável legal pelo estabelecimento quanto às
260 condições, compatíveis com a legislação;

261 IX - Vínculo de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(ais)
262 habilitado(s) para elaboração do Laudo Acústico;

263 X - Certificado de Calibração dos Equipamentos. A validade do Certificado
264 de Calibração deve ser de no máximo de 2(dois) anos.

265 §1º Para atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, será dispensada a
266 emissão da certidão de pressão sonora desde que já considerado o
267 monitoramento acústico do empreendimento.

268 §2º A certidão a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser afixada na
269 entrada principal do estabelecimento, em local visível ao público.

270 Art.12 O prazo de validade da certidão de tratamento acústico será de
271 2(dois) anos, sujeito a fiscalização, expirando nos seguintes casos:

272 I - mudança de usos dos estabelecimentos que se enquadrem nos termos do
273 artigo anterior;

274 II - mudança da razão social;

275 III - alterações físicas do imóvel, tais como reformas, ampliações ou
276 qualquer alteração na aparelhagem sonora utilizada e/ou na proteção
277 acústica instalada;

278 IV - qualquer alteração que implique modificação nos termos contidos na
279 certidão;

280 V - qualquer irregularidade no laudo técnico ou falsas informações contidas
281 no mesmo.

282 §1º Os casos previstos nos incisos deste artigo provocarão a expedição de
283 uma nova certidão e deverão ser previamente comunicados ao órgão
284 competente.

285 §2º A renovação da certidão será analisada e aprovada pela Secretaria
286 Municipal do Meio Ambiente, ficando sujeito à fiscalização nos termos dos
287 documentos apresentados.

288 §3º O pedido de renovação da certidão deverá ser requerido no mínimo
289 30(trinta) dias antes do seu vencimento, não se admitindo o funcionamento
290 através de prazos ou prorrogações.

291 Art.13 Os técnicos dos órgãos ambientais competentes, no exercício da ação
292 fiscalizadora, terão a entrada franqueada nas dependências que abriguem
293 fontes localizadas de poluição sonora ou a se instalarem no Município, onde
294 poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessário.

295 Parágrafo Único - Nos casos de embargo a ação fiscalizadora, os técnicos ou
296 fiscais dos órgãos ambientais competentes poderão solicitar auxílio às
297 autoridades policiais para a execução da medida ordenada.

298 Art.14 A pessoa física ou jurídica que infringir qualquer dispositivo desta
299 Resolução, e demais normas dela decorrentes, fica sujeita as seguintes
300 penalidades, independentemente da obrigação de cessar a transgressão e de
301 outras sanções da União ou do Estado, cíveis ou penais:

302 I - Notificação por escrito;

303 II - Multa simples ou diária;

304 III - Interdição parcial ou total do estabelecimento ou atividades;

305 IV - Embargo da obra;

306 V - Cassação imediata do alvará de localização do estabelecimento / licença
307 ambiental;

308 VI - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo
309 Município;

310 VII - Paralisação da atividade poluidora.

311 Art.15 Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos
312 dispositivos desta Resolução serão classificadas como leves, graves, muito
313 graves ou gravíssimas, conforme Tabela II do Anexo I, e assim definidas:

314 I - Leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias
315 atenuantes;

316 II - Graves, aquelas em que forem verificadas circunstâncias agravantes;

317 III - Muito graves, aquelas em que forem verificadas duas circunstâncias
318 agravantes;
319 IV - Gravíssima, aquelas em que seja verificada a existência de três ou
320 mais circunstâncias agravantes ou a reincidência.
321
322 Art.16 Para imposição da pena e graduação da multa, a autoridade ambiental
323 observará:
324 I - As circunstâncias atenuantes e agravantes;
325 II - A gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde
326 ambiental e meio ambiente;
327 III - A natureza da infração e suas consequências;
328 IV - O porte do empreendimento;
329 V - Os antecedentes do infrator, quanto às normas ambientais.
330
331 Art.17 São circunstâncias atenuantes:
332 I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
333 II - arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea
334 reparação do dano, ou limitação significativa do ruído emitido;
335 III - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.
336
337 Art.18 São circunstâncias agravantes:
338 I - Ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
339 II - Ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.
340 S1º A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do
341 mesmo tipo.
342 S2º No caso de infração continuada caracterizada pela repetição da ação ou
343 omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada
344 diariamente até cessar a infração.
345
346 Art.19 A pena de multa consiste no pagamento do valor correspondente de
347 5(cinco) UPM's a 50(cinqüenta) UPM's dependendo da gravidade, considerando
348 o descrito nos artigos 14 ao 17.
349
350 Art.20 Na aplicação das normas estabelecidas por esta Resolução compete a
351 Secretaria Municipal do Meio Ambiente:
352 I - Exercer o poder de fiscalização das fontes de poluição sonora;
353 II - Aplicar sanções e interdições, parciais ou integrais, previstas na
354 legislação vigente;
355 Parágrafo Único - Existindo legislação federal e estadual sobre os Níveis
356 de ruídos admissíveis será aplicada a mais restritiva.
357
358 Art.21 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-
359 se as disposições em contrário.
360
361
362
363
364
365
366
367
368
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380



381 ANEXO I - RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 03/2017

382

383 Tabela I - Limites Máximos Permissíveis de Ruídos

TIPOS DE ÁREAS (NBR 10.151/2003)	ZONAS DE USO (LEI 470/2016)	DIURNO (7-19HS)	NOTURNO (19-7HS)
Áreas de sítios e fazendas	ARUC e ARPA	40 dB(A)	35 dB(A)
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	SA-05, SE-03, SE-04, SE-05 e AUPA	50 dB(A)	45 dB(A)
Área mista, predominantemente residencial	SA-01, SA-02, SA-03, SA-04	55 dB(A)	50 dB(A)
Área mista, com vocação comercial e administrativa	SE-02, SE-06A, SE-09	60 dB(A)	55 dB(A)
Área mista, com vocação recreacional	Faixa Viária, SE-01, SE-08	65 dB(A)	55 dB(A)
Área predominantemente industrial	SE-06, Faixa Rodoviária	70 dB(A)	60 dB(A)

384

385 Tabela II - Classificação das infrações por Poluição Sonora

CLASSIFICAÇÃO	OBSERVAÇÕES
LEVE	Atividade geradora de ruído desenvolvida sem autorização
LEVE	Até 5 dB(A) acima do limite
LEVE	Outras infrações a esta resolução
GRAVE	Mais de 5 dB(A) até 10 dB(A) acima do limite
MUITO GRAVE	Mais de 10 dB(A) até 20 dB(A) acima do limite
GRAVÍSSIMA	Mais de 20 dB(A) acima do limite



386 Dando continuidade a pauta da reunião a Vice-Presidente do Comdema,
387 Schirlene Chegatti, concedeu a palavra para a Conselheira Martha Beatriz,
388 da Fatma, para apresentação de Súmula que trata da Prescrição Intercorrente
389 nos Processos Administrativos Ambientais, com o fim de orientar os
390 entendimentos sobre esta matéria, nos julgamentos de processos em segunda
391 instância administrativa. Após discutido, para fins de deliberação na
392 próxima reunião plenária do Comdema no dia 07/06/2017, foi produzido o
393 seguinte texto:
394

395 **SÚMULA COMDEMA N° 02, de 07 de junho de 2017**
396

397 Dispõe sobre a incidência da Prescrição Punitiva
398 Intercorrente no curso dos Processos Administrativos
399 Ambientais (PAAs).
400

401 O COMDEMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente de Joinville/SC adota a
402 seguinte Súmula:
403

404 Súmula Comdema 02, de 7 de junho de 2017:

405 Considerando a ausência de normativo específico, Estadual ou Municipal, que
406 regulem o instituto da prescrição intercorrente no curso dos Processos
407 Administrativos Ambientais, e, Considerando a aplicação subsidiária da Lei
408 Federal nº 9.784 de 1999, e do Decreto Federal nº 6.514 de 2008, que
409 estabelecem os prazos prespcionais no âmbito dos Processos
410 Administrativos Ambientais; DECIDE-SE: "para efeito de julgamentos de
411 Processos no âmbito da Lei Complementar nº 29/1996, pela prescrição
412 intercorrente do procedimento de apuração do auto de infração paralisado
413 por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos
414 serão ARQUIVADOS de ofício ou mediante requerimento da parte interessada,
415 sem prejuízo da obrigação do autuado reparar o dano causado ao meio
416 ambiente e da apuração da responsabilidade funcional decorrente da
417 paralização, se for o caso. Determinar a Secretaria do Meio Ambiente que
418 realize nova vistoria para o fim de verificar se o dano ainda persiste ou
419 se há continuidade infracional no local, bem como determinar a recuperação
420 da área degradada".
421

422 **Fundamento:**

423 Lei Federal 9.784 de 1999 e Decreto Federal 6.514, de 2008, que dispõem
424 sobre o Processo Administrativo Ambiental e seus prazos prespcionais; Lei
425 Complementar nº 29 de 14 de junho de 1996, que instituiu o Código Municipal
426 do Meio Ambiente de Joinville;
427

428 **Justificativa:**

429 A presente Súmula, apresentada nos termos do Art. 4º, VI, §3º, do Decreto
430 21.408/2013 que dispõe sobre o Regimento Interno do Comdema, visa
431 proporcionar uniformidade às decisões adotadas pela Secretaria Municipal de
432 Meio Ambiente e pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, quando do
433 julgamento de Processos. O Processo Administrativo Ambiental deve ser
434 norteado pelos princípios da legalidade, da segurança jurídica e da
435 razoável duração do processo. A prescrição, como mecanismo de segurança
436 jurídica e estabilidade das relações sociais, tem incidência sobre o
437 procedimento, quer seja regulando o prazo inicial e final para sua
438 instauração e satisfação do que for determinado no processo administrativo,
439 quer seja para evitar a paralização injustificada do iter procedural.
440 Os fundamentos contidos nos normativos que regulam o instituto da
441 Prescrição Punitiva Intercorrente têm por principal finalidade coibir a
442 inércia dos agentes públicos responsáveis em externar a vontade da
443 Administração em promover os atos necessários a impulsionar os
444 procedimentos, finalizando-os em tempo razoável. O §2º, do art. 21, do
445 Decreto 6.514, de 2008, dispõe: "Incide a prescrição no procedimento de
446 apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de
447 julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante
448 requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da
449 responsabilidade funcional decorrente da paralização". O embasamento desta

450 Súmula visa coibir que de forma injustificada os procedimentos de apuração
451 da autoria e materialidade do ilícito restem paralisados, após iniciado o
452 processo administrativo, sem qualquer movimentação por mais de três anos.
453

454 Precedentes:

455 1)PAA 0025/2008 em 09/10/2013; 2)PAA 0091/2008 em 09/10/2013; 3)PAA
456 0092/2008 em 09/10/2013; 4)PAA 0070/2009 em 09/10/2013; 5)PAA 0306/2007 em
457 19/11/2014; 6)PAA 0085/2008 em 06/05/2015; 7)PAA 0224/2009 em 04/05/2016 e
458 8)PAA 0407/2012 em 05/10/2016

459

460 Joinville 7 de junho de 2017

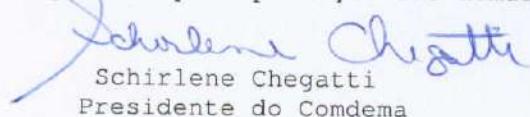
461

462 Propositora:

463 Marta Beatriz Maccarini
464 Conselheira Comdema
465

466 Palavra Livre: o Conselheiro Ingo Bauer, da ONG Vida Verde reporta a dúvida
467 enviada por e-mail, do Advogado Fabiano Sant'Angelo, indagando se o pedido
468 de carga de processo por um autuado não poderia ser utilizada como
469 artifício para paralisar o andamento de um processo. O Secretário do
470 Comdema, José Neto esclarece que a apresentação da proposta de Súmula deve
471 ser feita em reunião anterior a de sua efetiva aprovação, portanto não
472 seria deliberada neste momento, sendo encaminhada a matéria para aprovação
473 na próxima reunião ordinária no dia 07 de Junho de 2017. Explica ademais
474 que o arquivamento do processo por intermédio da prescrição intercorrente
475 não implica em desonerar o autuado da reparação de eventual dano ambiental
476 provocado, ficando a recuperação do dano passível de nova fiscalização e
477 autuação do órgão ambiental. O Secretário do Comdema, José Neto, também
478 responde ao questionamento do Advogado Fabiano Sant'Angelo sobre que tipo
479 de despachos poderiam ser considerado em relação à Súmula proposta, ao que
480 apontou que os processos sujeitos à prescrição intercorrente se dão em
481 processos sem movimentação, pendente de julgamento ou despacho que estejam
482 relacionados diretamente com o julgamento da causa. O Conselheiro Ingo
483 Bauer, da ONG Vida Verde questiona se Súmula seria o instrumento que daria
484 ensejo à apuração da causa de paralisação dos processos, tendo sido
485 explicado que o objetivo da Súmula é tratar tão somente da instrução
486 processual no COMDEMA afetos aos processos prescritos. Encerradas todas as
487 manifestações, a Vice-presidente do Comdema, Shirlene Chegatti, agradeceu a
488 presença e a colaboração de todos os Conselheiros, declarando encerrada a
489 reunião extraordinária às onze horas e trinta minutos, sendo extraída esta
490 Ata, a qual foi lavrada e assinada por mim, José Augusto de Souza Neto,
491 Secretário do Comdema e assinada pela Vice-Presidente do Comdema, Shirlene
492 Chegatti, após aprovação dos demais Conselheiros.

493


Schirlene Chegatti
Presidente do Comdema

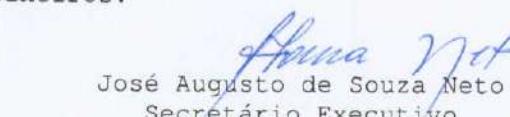
494

495

496

497

498

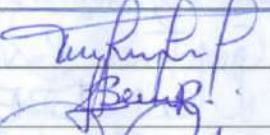
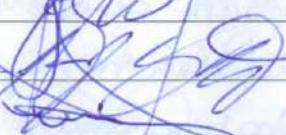
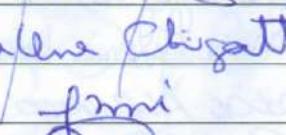
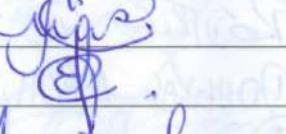
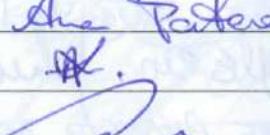
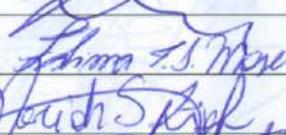
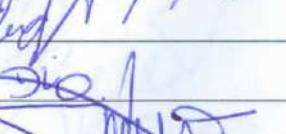
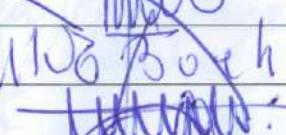
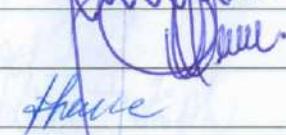
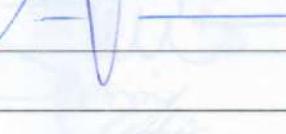

José Augusto de Souza Neto
Secretário Executivo

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Coordenação do Comdema.





Lista de Presença da Reunião Extraordinária do Comitê Municipal do Meio Ambiente, realizada no dia 24 de maio de 2017 às 10:00hs, na sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente, na Rua Anita Garibaldi, 79 - Univille/SC

PARTICIPANTE	ENTIDADE	ASSINATURA
Thiaguinho M. Novais de Oliveira	UNIVILLE	
Lesani Zerwes Becker Pedro Toleno Alves	Secretaria Educação EAS	
Gabriel Klein Wolfart	Sindipedras/SC	
Anton Giese Anacleto	SEMA	
Valocci Jr. Marcos	SEMA	
Schutene Chegatti	ACIJ	
Mariaz. Mansur	FATMA	
Francidelli D. Rosa	SAS	
Eulívia Fleith Coriolli	Ajorjene	
Ana Carolina Pötter	SEMA	
Ana Luisa Rizzatti da Costa	SEMA	
Reinaldo Cutiño Notti	CREA-SC	
Lúthimar S.S. Moura	SMS	
Meriah Gilbert Zipp	SEINFRA	
Maicon Diogo de Souza	PM Ambiental	
Mario Donuzzi	OAB-SC	
Edilaine Pacheco Pasqueli	SMS - Vig. Sanitária	
Dilana Marins de Oliveira	PROJ	
Fábio Ricardo Klein	CEAJ	
Mario E. Boehm	Secovi	
Chaiton Breis	SEMA	
Carla Cristina Pereira	SAP / PMT	
José Augusto de Souza Neto	COMDEMA	